

## Reforma tributária: política se faz com gastos, estúpido!



**Fernando Facury Scaff**  
Tributarista e professor

Consta do folclore político que James Carville, marketeiro de Bill Clinton,

justificou suas chances de vitória eleitoral dizendo: *É a economia, estúpido!* O outro candidato era George Bush (pai), então Presidente e candidato à reeleição, que havia resgatado a autoestima bélica norte-americana com a vitória na Guerra do Golfo, mas que tinha deixado a economia em frangalhos. Clinton, então, era um desconhecido governador do remoto Estado de Arkansas, e venceu as eleições.

O que justifica a *fúria transformista* de reforma tributária tem o mesmo perfil. Política se faz com gasto público, e o espaço orçamentário brasileiro atual é ínfimo para que o governo aumente os gastos.

Nenhum Presidente brasileiro teve tanta liberdade para gastar sem amarras quanto o atual. O Congresso liberou o governo do teto de gastos e das punições da Lei de Responsabilidade Fiscal até o final de 2020, sob a justificativa do combate à pandemia. Já se sabe que o governo federal não vem gastando com a pandemia, pois durante o 1º semestre não gastou nem 1/3 do orçamento com saúde, como [aponta Élidea Graziane](#), porém vem gastando com o auxílio emergencial cerca de R\$ 50 bilhões por mês, segundo [informado](#) pelo próprio presidente. Já foram gastos cerca de R\$ 350 bilhões.

Qual a diferença? Gastos com saúde podem inflar o balão político de governadores e prefeitos, enquanto que o auxílio emergencial tem o carimbo do presidente, que já é candidatíssimo à reeleição, embora tenha [afirmado](#) antes de ser eleito que proporia o fim da reeleição, inclusive para si próprio.

A lógica do gasto federal em meio à pandemia não é a de combater o vírus, mas ter ganhos eleitorais. Exatamente por isso que o Presidente escuda-se em uma *leitura torta* da [decisão do STF na ADPF 672](#), que determinou à União que coordenasse as ações nacionais de combate à pandemia em todo o território nacional – a alegação é que o STF o impediu de agir, o que, definitivamente, não está escrito naquela decisão judicial<sup>1</sup>. A *narrativa presidencial* está vencendo os fatos, a despeito dos 106 mil mortos, até aqui.

Enfim, só o desejo de ter mais dinheiro para gastos políticos de campanha é que justificam alguns movimentos da Presidência da República nos últimos dias, tais como: (1) envio *fatiado* de proposta de



Reforma Tributária no âmbito federal, o que *demonstra falta de estudos*, pois, se existissem, teria sido enviada de forma completa, e não parcelada; (2) abandono das duas PECs em trâmite no Congresso, as quais, se aprovadas, preveem prazo de início de vigência muito mais longo; (3) na proposta de unificação de Pis e Cofins (PL 3887) o início de vigência é de *seis meses após sua aprovação*. Quando será a eleição presidencial no Brasil? outubro de 2022, sendo que a campanha se iniciará logo após as eleições municipais deste ano.

Tudo isso vem sendo apresentado em um discurso de que a carga tributária não será elevada, o que não se sustenta considerando apenas o que já foi apresentado, como fartamente comprovado. Se computadas as notícias e entrevistas que dão conta dos demais projetos (CPMF, tributação dos dividendos, modificações na sistemática do Simples e do lucro presumido) o aumento de carga tributária será ainda mais brutal. Sem contar que no *saco de maldades* consta até mesmo o *corte do abatimento dos gastos com saúde* do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, justamente no ano da pandemia — pode?!

Não importa ao governo o perfil da reforma tributária, que busca apenas arrecadar mais. Tributação sobre o *consumo* vem embrulhada de forma *invisível* no preço dos bens e serviços; tributação sobre a *renda* alcança apenas a classe média; *CPMF* alcançará a todos, mas é apenas *um tiquinho* de cada movimentação financeira. E o caixa do governo só engorda, pois, de grão em grão, o saco enche.

Qual projeto de país que está sendo buscado? É só reeleição? Não é à toa que os *alegados liberais* começaram a desembarcar do governo. Parece que viram que o discurso não se adequa aos movimentos políticos em curso. Liberais buscam menor tributação e menos governo. O que se apresenta é justamente o contrário, acrescido de maior centralização de poder em Brasília.

O fato é que *política se faz com gasto público*. Não havendo espaço para gastar, restariam as alternativas de (1) cortar os atuais gastos, o que é inviável politicamente em termos de reeleição, ou (2) aumentar as receitas – opção colocada em pauta pelo Governo.

A sociedade está fragilizada pelo coronavírus, marca indelével desses tempos, tal qual a *gripe espanhola* no início do século passado. Terá forças para ver e combater esse brutal aumento de carga tributária que se avizinha, voltada apenas para o aumento de gastos visando a reeleição presidencial?

Acordemos.

---

1 Consta da decisão, com destaques do original, dentre outros trechos: “INDEPENDENTEMENTE DE SUPERVENIÊNCIA DE ATO FEDERAL EM SENTIDO CONTRÁRIO, sem prejuízo da COMPETÊNCIA GERAL DA UNIÃO para estabelecer medidas restritivas em todo o território nacional, caso entenda necessário”.

**Date Created**

18/08/2020